



## **Apresentação**

# **DOSSIÊ: VISIBILIDADES, (RE)EXISTÊNCIAS E FISSURAS: as produções científicas no campo das relações étnicas, de gênero e diversidades sexuais**

**ORGANIZADORXS:**

**Profa. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)**

**Prof. Dr. Anderson Ferrari (UFJF)**

**Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB)**

**DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v4i7.5371>**

Este dossiê se configura como um manifesto intencionado em visibilizar as investigações realizadas por pesquisadorxs contestadorxs do pensamento cisheteronormativo, etnocêntrico, sexista, misógino, racista e LGBTIfóbico. Pensamento esse que, continuamente, empurra-nos, junto com os demais grupos minoritários, para as margens, retirando nossas conquistas históricas e investindo na nossa produção como abjetos. No contexto atual determinados grupos conservadores e fundamentalistas, muitos deles ocupando espaços no poder público, se sentem autorizados a nos insultar, intensificando o ódio àquelxs que res(ex)istem frente a essa ordem regulatória perversa e normatizadora e atacando os princípios da nossa democracia e dos direitos humanos. Diante desse quadro de ameaças e ataques, esse dossiê se configura, primeiramente, como resistência, numa época em que não basta resistir, há necessidade de criar. Como resistir e parar os ataques que as Universidades, os grupos de pesquisa e as pessoas estão sofrendo hoje no Brasil? Como responder a esse contexto de ameaças e ataques, um tipo de resistência que não somente diga “não”? Como

construir espaços coletivos possíveis em torno da continuidade das discussões de gênero, das questões étnicas e diversidade sexuais que afirme a vida?

“Resistir é pleonasma”. Foi desta forma que Marielle Franco, mulher, negra, favelada e parlamentar escreveu em seu texto para incorporá-lo no livro “O Golpe na perspectiva de Gênero”, uma coletânea escrita por mulheres que nos revela o esvaecer da nossa débil democracia sob a égide da Constituição de 1988, por meio da interpretação do Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. E, não por acaso, as autoras Linda Rubim e Fernanda Argolo na coletânea “O Golpe na perspectiva de Gênero” publicada pela Edufba, em 2018, nos remontam a Constituição de 1934, quando efetivamente se veicula a suposta “concessão” do sufrágio feminino. Com isto, as autoras nos confrontam com o “silenciamento” e a invisibilidade na historiografia brasileira sobre o movimento feminista e as “sujeitas” que protagonizaram tais lutas. Na vida fora da escrita de um texto, a personagem que acolhemos em nossa estampa/capa nos conta em resistir, em parecer uma mulher montada em seus shows na cidade de Salvador. Em seu depoimento nos revela seu duplo medo/receio ao tomar um táxi na madrugada: ela montada como travesti ou ela como mulher biológica. Ambas estão sujeitas a violência por ser alguém “fora de lugar” no âmbito de uma sociedade e cultura marcada pelo classismo, pela misoginia, pela LGBTifobia e pela colonialidade da raça.

Uma capa marcada pela cor vermelha, com traços fortes de um rosto feminino que se aproxima da capa do filme “Tudo sobre minha mãe”, de Almodóvar. Podemos dizer que há uma tradição almodovariana, visto que se trata de um cineasta de mulheres, apaixonado pela figura feminina, com seus corpos e cores, exageros, dramas, experiências, relações... Mulheres apaixonadas, nervosas, misteriosas, coloridas. Mas não é raro encontrarmos homens que transgridem as normas de gênero e sexualidade, resistindo ao que tentam fazer conosco para constituírem-se nos seus corpos e sexualidades diversas. Corpos e sujeitos que incomodam e nos convidam a colocar sob suspeitas nossas formas de pensar, ser e estar no mundo. Na capa não há somente a cor vermelha, mas um rosto/corpo intenso, que resiste e nos mostra que nossas vidas importam. Mas o vermelho da capa também é o mesmo do sangue, aquele que dá vida, que pulsa, que circula rapidamente, que é caminho. Vermelho que está presente nas diversas bandeiras de movimentos de resistência e que reivindica vida.

Se esse dossiê, inicialmente se configura como resistência, ele também quer marcar nosso posicionamento político: reconhecemos que as relações de gênero e sexualidades se constituem como um campo de pesquisa, num movimento de fortalecimento e consolidação das investigações. Um campo recente e potente que pode ser confirmado pelo grande número de eventos nacionais e

internacionais, pela existência de área de concentração nos programas de pós-graduação, pela diversidade de grupos de estudos e pesquisas e de revistas especializadas, enfim, um campo que, ao mesmo tempo, ameaça e é ameaçado pelos investimentos que dizem das possibilidades de ser e estar no mundo de outras formas. Dessa maneira, construir este dossiê é também visibilizar as produções acadêmicas deste campo das relações de gênero, sexualidade na interface com as questões étnicas. Visibilizar é dar lugar a esses debates, apontar as tensões dos estudos e explicitar a produção desse campo de conhecimento que, muitas vezes, é tida como menor, irrelevante, desnecessária ou até mesmo não científica. Inclusive também enfocamos neste dossiê pesquisas construídas no Órgão de Educação e Relações Étnicas (Odeere), espaço que se re(cria) continuamente na periferia de uma cidade do interior baiano e toma como luta as subjetividades e o saberes das comunidades: negra, afro-brasileira, quilombola, indígena, cigana e dos povos de terreiro.

Para nós subalternizados/as quer seja no campo das Ciências, quer seja no cotidiano, é revelado um processo de aprendizagem que, por vezes, escorrega-se na ideia largamente discutida no campo de educação freireana, a relação entre opressor e oprimido e o desejo do oprimido em ser opressor. Talvez, de fato, resida aí nossa possibilidade de aprendermos a darmos as mãos, e certamente, saberemos nos conduzir mais sabiamente no contexto pelo qual o ódio entre nós, entre eles e nós tenha se revelado sem nenhum tipo de censura do politicamente correto, uma vez que a nossa política de Estado atual é do protofascismo e da necropolítica escancarada.

Neste interim assumimo-nos como um movimento de res(ex)istência e luta política. Nessas relações de poder, baseando-se em Foucault, entendemos que embora haja processos de produção da marginalização e dos sujeitos dissidentes e, ao mesmo tempo, de investimento na eliminação desses que fogem às normatizações, também há pontos de resistência e formas de contra-atacar, modificando sua dominação. Nesses entrelaçamentos, constroem-se também formas de resistir e de existir mesmo em um contexto ameaçador. Assim sendo, nossas estratégias para resistir também vêm por meio dos diferentes encontros, seja entre academia e movimento social e por perspectivas individuais e espaço coletivo, dizendo também que gênero e sexualidades não podem ser problematizados sem a interseccionalidade com etnia, raça, classe, geração, deficiência...

Também apostamos no diálogo com pesquisas denunciadoras do desmantelamento feito contra as políticas públicas que atendiam aos grupos minoritários e agora são extintas em prol de valores ortodoxos e antidemocráticos. Insistimos em visibilizar os trabalhos que trazem à tona sujeitos historicamente perseguidos e rejeitados, com suas etnicidades, identidades de gênero e sexualidade transgressoras e que todos os dias têm suas vidas e subjetividades atacadas por

insistirem nas suas existências. Sujeitxs que mesmo desautorizadxs pelas instâncias sociais causam fissuras, abrindo fendas, lesionando processos regulatórios hegemônicos normatizadores e não se calando frente aos discursos de ódio e às ameaças advindas daquelxs que desejam manter como modelo os valores hegemônicos colonizadores, brancos, cisnormativos e heterocêntricos.

Na travessia dos mares, de um lado ocidentalizado/cristianizado temos a fogueira que nos incinerou enquanto bruxas e, de outro lado do atlântico, temos a fogueira de Xangô que nos abre horizontes em sua potência transformadora. Nessa dinâmica metafórica das fogueiras, a fogueira de Xangô mobiliza a produção do conhecimento sobre gênero e sexualidade e são os de Toga que se apropriam desta produção no Tribunal da Justiça a partir de outra racionalidade para fora do conservadorismo. Acolhemos as boas novas da criminalização da LGBTfobia enquadrada na Lei de Racismo, já que ainda não existe no Brasil qualquer legislação que trate de crimes motivados pela orientação sexual ou pelo ato performativo de gênero.

Em nossa constante crise de estarmos no limbo e sermos atravessadxs pelos tentáculos da geopolítica do conhecimento que desejam a existência de uma hierarquia entre nós, somos capazes de nos erguemos e apreciarmos os nossos trabalhos produzidos como conquistas.

Essas provocações do tempo presente nos colocam a urgência de nos posicionarmos. Por isso, organizamos este dossiê reunindo xs pesquisadorxs que problematizam as construções das relações étnicas, de gênero e das diversidades sexuais na interação com diferentes áreas do conhecimento com suas múltiplas perspectivas teórico-metodológicas e garantindo assim o sentido interdisciplinar da revista.

A Revista ODEERE possui, em seu “DNA” mutável, a luta contra o “silenciamento” e o pleonasma de resistir, entendidos como binômios estruturantes da forma pela qual nós nos imiscuímos, passamos e posicionamos perante a ela e com ela. Portanto este dossiê é uma extensão de uma forma de ser e estar no mundo subalternizada, cujas fissuras têm sido o canal de escape para se projetar academicamente no mundo que insiste em colonizarmos.

Neste número, a sessão Entrevista é intitulada “Entre escutas, encontros e pesquisas: a trajetória política e intelectual de Mary Garcia Castro e seu olhar sobre as temáticas de gênero, sexualidade, etnicidade e a experiência no ODEERE”, em que as autoras Eva Fonseca Silva Spinola e Maria Cristina Nascimento de Souza dialogam com a pesquisadora e feminista Mary Garcia Castro.

A ODEERE traz a sessão dossiê com sete artigos. O artigo “A homossexualidade não era uma coisa que eu estava disposto a aceitar: narrativas de um estudante negro, gay e de classe popular”, de Rita de Cássia Santos Côrtes e Marcos Lopes de Souza, traz uma análise sobre a trajetória de um garoto negro gay que passa por várias situações de marginalização por ser visto como um

homossexual feminino que contesta as normatizações de gênero e sexualidade.

No artigo “El tercer género de los binnizá entre globalización y etnicidad ¿identidades híbridas?”, Stefanie Graul trata dos muxes, podendo ser lidos como um grupo que escapa da polaridade homem e mulher da sociedade ístmica, etnia indígena do sul do México. Os muxes vivem em um grupo étnico não ocidental, apresentando suas especificidades, tensões, conflitos e sua relação com o movimento LGBTI ocidental.

Cristiane Batista da Silva Santos em seu texto “Um vivo demônio capaz de sugerir as maiores desordens: mulheres bem e mal procedidas em pecados no sul da capitania da Bahia” investiga mulheres africanas que foram escravizadas, no período colonial, e que eram associadas às práticas de feitiçaria ou à vida sexual e afetiva destoantes.

Lua Lamberti de Abreu, Eliane Rose Maio e Roberta Stubs Parpinelli, no texto “Pintando bocas monstras por meio da pe-drag-ogia”, mediante a construção da *Drag queen* como contestadora, utilizado a monstruosidade como espaço de subversão, de não aceitação das conformidades aos sexos, gêneros e sexualidades normativos, xs autorxs constroem uma narrativa sobre como é possível pensar uma educação pautada na pe-drag-ogia.

No trabalho “(Re)existência “Margarida” - mulher negra quilombola: identidade, religiosidade e o poder de cura na Chapada da Diamantina-BA”, autoria de Leonice de Jesus Silva e Raquel Souza são discutidos o reconhecimento e a identidade étnica de uma mulher quilombola benzedeira nomeada de Dona Margarida a partir de um estudo interseccional. O artigo “Educação infantil na rede pública de Salvador e as relações de gênero: escrivência quanto à resistência docente e à formação da criança como sujeito”, autoria de Amanaiara Conceição de Santana Miranda, narra e discute situações que a autora considera como processos de experiências com as crianças na educação infantil e que, de alguma forma, a tocaram e dentre os relatos, ela traz casos emblemáticos que envolvem as relações de gênero.

No texto “Adoção de crianças por casais homossexuais - contestação e submissão da ordem familiar”, autoria de Pedro Henrique Lago Peixoto e Maria de Fátima Araújo Di Gregório, é debatida sobre a adoção de crianças por casais gays considerados desviantes e não hegemônicos por meio de entrevistas feitas tanto com os casais quanto com juizes que deram parecer favorável à adoção.

A sessão Artigos Livres apresenta três textos. Em “La perspectiva del dialogo intercientífico: una directiva para transdisciplinarietà cultural y epistemológica”, autoria de Marisa Soares e Luis Antonio Ccopa Ybarra, discute-se como o diálogo intercientífico possibilita a construção de uma transdisciplinarietà cultural e epistemológica, tomando como base dois paradigmas alternativos: viver bem e desenvolvimento sustentável endógeno.

No manuscrito “Africanidades brasileiras em uma escola pública de Salvador-BA: vamos dialogar com as nossas crianças?”, autoria de Eduardo Oliveira Miranda e Quecia Silva Damascena, é relatada uma experiência pedagógica envolta nas temáticas étnico-raciais e desenvolvida com uma turma de 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública no bairro do Pau Miúdo em Salvador-BA. Em “Indícios de uma falta: sutilezas na ausência negra nos livros didáticos”, escrito por Maria Aparecida Dias Castro e Antonieta Miguel, são analisadas as discrepâncias e dissonâncias entre as representações fenotípicas dos indivíduos e o espaço destinado à abordagem nos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental adotados no município de Caetité-BA.

Na sessão Novos Pesquisadores são apresentados dois artigos. No texto “O mundo dos antepassados e o mundo dos vivos-ritual de ukanyi na mediação: um ensaio sobre ancestralidade no Sul de Moçambique”, de Dulcídio Manuel Albuquerque Cossa, analisa-se a religiosidade tradicional africana com o uso do método etnográfico e da análise situacional em que se discute a relação entre os mundos dos vivos e dos antepassados por intermédio do ritual de ukanyi em que se consome uma bebida ancestral. Rute Andrade Castro, no texto “Conflitos étnico-raciais nos mundos do trabalho bahiano: valentes, viciados e perigosos”, narra e discute os confrontos envolvendo as questões étnico-raciais ocorridos em uma fábrica no século XIX, na vila de São Sebastião de Maraú, no sul da Bahia, em que o trabalhador sertanejo Bernardino Moreira de Souza foi morto por tentar matar seus empregadores britânicos.

Já na sessão Relato de Experiência temos dois trabalhos. Carla de Oliveira Romão e Daiana da Silva, no texto “Entre Carolinas e Dandaras: reconhecendo histórias e formando para a cidadania”, trazem a experiência de duas docentes negras da educação básica de duas escolas da Baixada Fluminense, as quais constroem uma prática pedagógica crítica no convívio com as diferenças contestando o racismo, o sexismo e o machismo estrutural. O texto “Mercedes Baptista na educação infantil: relato de experiência de implementação da lei n. 10.639/03 na educação infantil”, autoria de Ananda da Luz Ferreira e Jaqueline da Luz Ferreira, apresenta reflexões sobre a prática educativa antirracista desenvolvida em uma escola de educação infantil na região norte do município do Rio de Janeiro e inspirada na biografia e no balé afro-brasileiro criado pela bailarina Mercedes Baptista.

Esse número da revista Odeere também conta com uma resenha feita por Célio Silva Meira referente ao livro Linguagens Pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade, de autoria de Carlos Henrique Lucas Lima da Editora Devires e publicado em 2017.

**Suely Aldir Messeder:** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UFBA e doutorado em Antropologia pela Universidade Santiago de Compostela, validado no Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFBA. É professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Foi coordenadora do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento e professora permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Crítica Cultural do Campus II - Alagoinhas. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Enlace e foi primeira secretária da ABEH (Associação Brasileira de Estudos de Homocultura) no decorrer da gestão de 2010-2012. É gestora do termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público e a Universidade do Estado da Bahia para a articulação e interação em atividades da área técnica-científica, tendo por objetivo a proteção e a defesa dos direitos humanos da população LGBT. É associada ao GT de Homocultura e Linguagens da ANPOLL. Atualmente é Membro da Câmara Básica de Assessoramento e Avaliação Técnica da FAPESB. Seus interesses em ensino, pesquisa e extensão estão nas áreas de sexualidades, homocultura, masculinidades, relações de gênero, corpo, relações étnico-raciais, baianidade, fluxos migratórios, antropologia urbana, teoria cognitivista, teoria feminista e teoria queer.

**Anderson Ferrari:** Possui graduação em Licenciatura Em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), graduação em Bacharelado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professor adjunto de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFJF, lecionando as disciplinas de Prática Escolar, Fundamentos Teórico-metodológico em História e Didática e Prática do Ensino de História. É professor permanente do PPGE/UFJF (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Linguagem Conhecimento e Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gênero, sexualidade, currículo e homossexualidade. Em 2010 desenvolveu o período de pós doutorado na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, trabalhando com a relação entre Cultura Visual, Educação e Homossexualidades. Em 2013 foi agraciado com a menção honrosa Cora Coralina do edital da ANPED/SECADI pela importante contribuição para área de Diversidade Sexual e Educação. Entre 2014 a 2016 ocupou o cargo de presidente nacional da ABEH- Associação Brasileira de Estudos da Homocultura.

**Marcos Lopes de Souza:** Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo - FFCLRP (1995-1998) tendo realizado Iniciação Científica sob orientação da Profa. Dra. Eda Therezinha de Oliveira Tassara e co-orientação da Profa. Dra. Silvana Aparecida Pires de Godoy. É mestre (1999-2002) e doutor (2002-2007) em Educação pelo PPGE da Universidade Federal de São Carlos sendo orientado pela Profa. Dra. Denise de Freitas. Realizou estágio de pós-doutorado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014-2015) sob a supervisão do Prof. Dr. Anderson Ferrari. É professor titular do Departamento de Ciências Biológicas (DCB) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-BA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UESB. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPG-REC), ambos da UESB, campus de Jequié-BA. Tem experiência na área de Educação, atuando como pesquisador e extensionista, especialmente nos seguintes temas: ensino de ciências e biologia; diversidade de gênero, sexual, étnico-racial e educação; formação docente e as questões de gênero e sexualidade; a interface entre sexismo, racismo e homofobia nas escolas.

**Artigo recebido para publicação em:** Junho de 2019.

**Artigo aprovado para publicação em:** Junho de 2019.